

#### 4. Discutindo a chefia feminina na família

No real da vida, as coisas acabam com menos formato, nem acabam. Melhor assim. Pelejar por exato, dá erro contra a gente. Não se queira. Viver é muito perigoso...

(Guimarães Rosa, 1980)

Na família, as divisões de ‘papéis’ sociais diferenciados para cada sexo estão pautadas em construções históricas e sociais. Neste capítulo nos aproximamos da categoria de gênero, ressaltando a sua elaboração a partir do movimento feminista. Nesta trajetória, gênero vem se consolidando como categoria histórica e analítica circunscrita no quadro das relações sociais fundamentais. Desse modo, o referencial de gênero permite compreender a complexidade das relações familiares. Os padrões de gênero não só definem os comportamentos esperados, mas posicionam homens e mulheres no universo familiar. A abordagem sobre a construção social do gênero na família reflete mais uma vez o slogan do movimento feminista “o pessoal é político” (VARIKAS, 1997). A frase em tela influenciou os estudos na academia trazendo para a arena pública questões do mundo privado<sup>46</sup>. A separação entre público e privado não pode ser compreendida como natural, pois está carregada de elementos sociais e culturais construídos historicamente. Sobre isso chamamos a atenção do leitor para os mecanismos que reforçam a mulher enquanto mãe.

Nesta abordagem das relações de gênero, nos apropriamos especialmente das contribuições de Joan Scott (1991; 1994) procurando pontuar neste debate o gênero e o sexo como construções sociais e assim desfazer os esquemas binários de análise. Os binarismos não dão conta da complexidade e das múltiplas experiências dos sujeitos, especialmente do objeto de estudo deste trabalho, as mulheres chefes de família, já que são diversos os fatores que contribuem para a articulação desta problemática.

---

<sup>46</sup> De acordo com Costa (2002), a noção de esfera pública (dissociada da esfera privada) separa e opõe o mundo da cultura e da política, tido como masculino, daquele considerado natural, portanto, feminino, doméstico e despolitizado. A teoria das esferas separadas acoberta os significados políticos das relações de gênero (PERROT & FARGE, 2001). Defender uma cisão entre público e privado é negar a presença de uma dinâmica de poder que opera entre o público e o privado.

Na seqüência, trazemos uma abordagem em torno das famílias chefiadas por mulheres, problematizando questões relacionadas à adequação da terminologia utilizada e aos significados atribuídos ao termo chefia. Consideramos também as discussões de caráter antropológico e as análises que buscam pensar o fenômeno relacionado aos processos de precarização laboral, pauperização e a necessidade de proposição de políticas públicas voltadas para essa população.

#### **4.1. Gênero como categoria analítica**

Heilborn (1994), ao tratar dos usos e abusos da categoria de gênero afirma que a categoria foi tomada de empréstimo à gramática. Nesta primeira acepção trata-se do “[...] emprego de desinências diferenciadas para designar indivíduos de sexos diferentes ou ainda coisas sexuadas” (1994, p.3). Na tentativa de superar as hierarquias socialmente construídas entre homens e mulheres, o movimento feminista inaugurou outros usos do termo gênero que passou a significar a distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e a dimensão biológica dos seres humanos.

Nas décadas de 70 e 80, enfatiza Heilborn, uma espécie de furor feminino atacou diversos campos de saber. Intimamente relacionado à tomada de "consciência" por parte das mulheres, o feminismo alcançou méritos incontestáveis. A constituição teórica da categoria gênero, portanto está diretamente relacionada à história do movimento feminista, especialmente no bojo das discussões da “segunda onda” do movimento<sup>47</sup>. Neste período, além das preocupações políticas, o feminismo se debruça sobre as construções teóricas, problematizando conceito de gênero.

A categoria gênero passou a ser trabalhada primeiramente pelas feministas norte-americanas para ressaltar o conteúdo social das diferenças

---

<sup>47</sup> De acordo com Pedro e Wolff, não há consenso sobre o número de períodos em que se dividiria a história do feminismo. Para as autoras: “O feminismo, como movimento social visível, tem vivido algumas ‘ondas’. O feminismo de ‘primeira onda’ teria se desenvolvido no final do século XIX e se centrado na reivindicação dos direitos políticos - como o de votar e ser eleita - , nos direitos sociais e econômicos - como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança. O feminismo chamado de ‘segunda onda’ surgiu depois da Segunda Guerra Mundial e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado - entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres. Naquele momento, uma das palavras de ordem era: ‘o privado é político’ ” (PEDRO & WOLFF, 2007, p.57).

fundadas no sexo, ou seja, gênero diz respeito à organização social da diferença sexual. O caminho a ser percorrido pelos pesquisadores, parte do ‘como’, ou seja, a ênfase está direcionada para um processo e não para algo que exista a priori.

Os estudos sobre gênero foram introduzidos no Brasil, na metade dos anos 1980. O uso disseminado da categoria na academia acontece na década seguinte sofrendo grande influência das análises da historiadora norte-americana Joan Scott especialmente com a tradução na década de 90 de seu artigo *Gender: a useful category of historical analysis*, pela revista Educação e Realidade (Porto Alegre, RS) e pela organização não governamental SOS Corpo (Recife/PE).

Scott (1991) aponta que, no seu uso descritivo, o gênero é apenas um conceito utilizado nos estudos de temas relativos às mulheres, mas não possui a força de análise suficiente para questionar e mudar os paradigmas históricos existentes. Joan Scott é uma das primeiras a ressaltar a necessidade de se ultrapassar os usos descritivos da categoria gênero buscando a utilização de formulações teóricas.

A autora argumenta que não se pode dispensar a dimensão simbólica para se compreender a representação do gênero, não só ao nível societário, mas também suas conseqüências para a regulação das relações sociais. Para os propósitos desta dissertação concordamos com a elaboração da categoria gênero proposta pela autora.

O núcleo da [minha] definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1991, p. 14).

De acordo com Scott, este termo surge como uma contestação ao determinismo biológico presente nas categorias de sexo e de ‘papéis’ sexuais. Na citação acima, a ênfase recai sobre o modo como estas diferenças são percebidas, tratadas e representadas na sociedade. “Desta sorte, o vetor vai do social para o anatômico e não o inverso. Ou melhor, o social engloba tudo, na medida em que o anatômico só existe enquanto percepção socialmente modelada” (SAFFIOTI, 1992, p.197). As reflexões sobre gênero versam sobre a criação social das características de homens e mulheres, ou seja, sobre a construção social e histórica produzida sobre as diferenças percebidas entre os sexos. O conceito

procura romper os argumentos essencialistas e as lógicas binárias (homem x mulher, público x privado).

A des-construção das oposições binárias é um ponto crucial na discussão de Joan Scott. Para além das dicotomias fixas que estabelecem homens e mulheres como campos estanques, a autora propõe pensar a fragmentação de cada um desses pólos, uma vez que as mulheres não são idênticas entre si.

Esta reflexão é de importância capital, especialmente no que tange ao tema desta dissertação, já que as mulheres chefes de família não constituem um grupo homogêneo. Santos Macêdo (2001) afirma que ser chefe de família idosa constitui experiência totalmente diferente se a mulher possui rendimentos oriundos de pensões, aposentadorias ou se precisa trabalhar para se manter. Os sujeitos vivem a experiência e são marcados profundamente, mas não são marcados da mesma maneira (SAFFIOTI, 1992, THOMPSON, 1981)

Como construção social, as relações de gênero são instituídas e reforçadas por símbolos, leis, valores, discursos e instituições. Destes discursos e instituições destacamos, para os fins desta dissertação, a maternidade e a família. Trazemos estas posições para afirmar que ambas são construções sociais e assim instituem um lugar social e uma posição para as mulheres: a condição de mãe.

As análises empreendidas através da categoria gênero permitiram, portanto a desnaturalização das relações sociais. Simone de Beauvoir (1980) já discutia essas questões no final da primeira metade do século passado, enfatizando que “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Meyer (2005) ao apontar a relação entre maternidade e feminismo considera que este último

[..] ao questionar a clássica distinção entre o privado e o público o feminismo, com o *slogan* de que ‘o pessoal é político’, colocou em debate, nas arenas acadêmica e política, temas relacionados à família, à sexualidade, ao trabalho doméstico, à divisão sexual do trabalho e ao cuidado com as crianças como capacidade inata da mulher, que antes não eram, aí, considerados. Com a (hoje) antológica frase de Simone de Beauvoir (1980) de que não nascemos mulheres, mas nos “*tornamos*” mulheres, o feminismo também colocou em xeque o pressuposto biologicista que permitia inscrever o feminino no sexo anatômico e passou a prestar atenção nos modos pelos quais, no âmbito do social e da cultura, somos produzidos e educados como sujeitos de gênero (MEYER, 2005, p.85).

A ênfase dessa discussão apontou para contestação do determinismo biológico porque com base nesse pressuposto, a maternidade se apresentava como

sendo tanto *um instinto* quanto o *destino natural* da mulher. Através dos binômios mulher/natureza e o homem/cultura, a filosofia Iluminista constrói a tese da inferioridade feminina a partir de fundamentos biológicos que atribuíam às mulheres o ‘papal’ exclusivo de mãe e esposa (SOIHET, 1997). Com a larga difusão desses argumentos durante os séculos XIX e XX, a função e o comportamento feminino estariam, de acordo com esta perspectiva, definidos pelo aparelho reprodutivo.

Na perspectiva da discussão das relações de gênero, entendidas como construção social, chamamos atenção para o uso político da diferença que passa a ser transformada como justificativa para a desigualdade no espaço das relações familiares. Nesse ponto, a família, é entendida como uma estrutura organizada por gênero e geração, no seio do qual a subordinação das mulheres e das crianças se perpetua historicamente (MORGADO, 2001).

O discurso da ‘natureza’ colaborou para tornar a procriação, a essência da mulher, destituindo-a da condição de sujeito. De acordo com esta perspectiva, a verdadeira mulher é aquela que é mãe, completando assim o sentido de sua existência (SWAIN, 2000; 2004).

É notório que a experiência da maternidade divide as mulheres. Se para muitas, a maternidade pode ser vivida como algo positivo e satisfatório, por outro lado, existem mulheres que se sentem revoltadas e prejudicadas, além de viverem inúmeros sofrimentos, ao não se encaixarem no padrão de maternidade exigido pela sociedade. Neste modelo, gerar e educar filhos "equilibrados e saudáveis" passa a ser culturalmente associado como um "projeto" de vida, tal qual uma responsabilidade **individual** da mulher que se torna mãe, independentemente das condições sociais em que essa mulher vive e das questões que enfrenta (MEYER, 2005).

A maternidade associada ao “*eterno feminino*”<sup>48</sup> continua como paradigma dominante nas experiências de muitas mulheres apesar das análises que desconstroem esta “essência natural” das mulheres. Através de diversos mecanismos de gênero, a maternidade é atualizada como dimensão mais valorizada na vida de

---

<sup>48</sup> Esta expressão compreende um conjunto de características que são impostas às mulheres. Nesse ponto, o matrimônio e a maternidade são considerados destinos já determinados para o sexo feminino.

muitas mulheres, como por exemplo, as que foram pesquisadas neste estudo. Esta questão será aprofundada mais adiante. Por ora, apenas sinalizamos a construção social que identifica o feminino com o materno.

Se os esforços feministas contribuíram para a desnaturalização destas questões, o corpo biológico ainda carece de problematização. Nesse ponto, são pertinentes as considerações de Tânia Navarro Swain (2000) que adota uma postura mais radicalizada e problematiza o “natural” nos discursos referentes ao corpo e ao sexo.

Argumenta Swain que o corpo sexuado é também uma construção social. Ele estabelece sua importância nos ‘papéis’ generizados tendo como premissa a norma binária e heterossexualidade. Através das tecnologias de gênero, a instauração do corpo sexuado estabelece representações e identidades e constitui, portanto em uma

[...] invenção social, que sublinha um dado biológico cuja importância, culturalmente variável torna-se um destino natural e indispensável para a definição do feminino. A questão se articula sobre a importância social: isto significa que a materialidade do corpo existe, porém a “diferença entre os sexos” é uma atribuição de sentido dada aos corpos (SWAIN, 2000, p.51).

Desde os anos 1970, gênero tem sido utilizado para ressaltar o caráter fundamentalmente social e lingüístico dos processos que distinguem homens e mulheres incluindo a produção de seus corpos e dos sexos. O questionamento do essencialismo biológico é marca que caracteriza a elaboração da categoria de gênero. Depreende-se a partir destas referências que “a sociedade forma não só a personalidade e o comportamento, mas também as maneiras como o corpo [e portanto o sexo] aparece” (NICHOLSON, 2000, p.9). Segundo as formulações feministas mais contemporâneas não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida e produzida. Importa considerar sexo e gênero como intercambiáveis, pois a base biológica da sexualidade é sempre culturalmente experienciada e expressa socialmente (SAFFIOTI, 1992).

Gênero apresenta uma dupla dimensão. Constitui uma categoria analítica, pois possibilita a apreensão de diferentes prismas da realidade social e a

complexidade das relações sociais. Por outro lado, também se revela como uma categoria histórica. Para Scott,

[...] se gênero deve ser repensado, se um novo saber sobre a diferença sexual deve ser produzido (saber que põe em questão até a primazia da oposição masculino/feminino), devemos também estar dispostos a repensar a história da política e a política da história (1994, p. 26 e 27).

Nesse ponto, concorda-se com a abordagem de Françoise Thébaud ao afirmar que o conceito de gênero “propõe uma releitura sexuada dos acontecimentos e fenômenos históricos, que contribui para a explicação de problemas clássicos em história social, política ou cultural” (THÉBAUD, 2004, p.73).

O reconhecimento de que a vida social é estruturada por relações, tais como, classe, gênero e étnico-raciais, nos leva assumir uma perspectiva teórica que considere a análise das relações de gênero como parte das relações sociais fundamentais.

Sendo o gênero relacional, tanto como categoria analítica quanto como processo social, a noção de relações de gênero deverá habilitar-se a captar a trama das relações sociais, assim como as históricas transformações por ela experimentadas através dos diferentes processos sociais nos quais as relações de gênero têm lugar (OSTERNE, 2001,p.119).

Dado o seu caráter relacional podemos afirmar que gênero não constitui um sinônimo de ‘mulher’, mas as análises iluminadas por esta categoria permitem compreender as relações entre homens e mulheres, entre as mulheres e entre os homens no interior das famílias, além das práticas e representações socialmente construídas em torno desse universo *gendrado* (SANTOS MACEDO, 2008).

Ao comportar um caráter contraditório, as relações de gênero apresentam constantes embates, tendo em vista a exploração das classes e das categorias subalternizadas (ALMEIDA, 2007). Nesse sentido, retoma-se neste trabalho o tripé *gênero, classe social, raça/etnia*, abordado por Saffioti. Sendo assim, vejamos:

Em outras palavras a constituição dos sujeitos não se faz exclusivamente pelo gênero, mas também pela classe social e pela raça/etnia. Um sujeito apresenta, simultaneamente uma identidade de gênero, uma identidade de classe, uma

identidade étnico – racial, convivendo em menor ou maior harmonia. Ou melhor, cada conjuntura específica exigirá do sujeito um posicionamento mais acentuado de sua identidade de gênero ou de classe ou, ainda, de raça/etnia. (SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995, p.9).

Isto significa dizer que o sujeito é constituído em gênero, classe social e raça/etnia. O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas em um nó frouxo que permite a mobilidade para cada um de seus componentes. De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das estruturas do nó adquire relevos distintos. Em termos práticos não se trata de variáveis quantitativas, mas qualitativas<sup>49</sup>. Uma vez que a vida não é vivida da mesma forma por homens e mulheres, as experiências adquirem um *colorido* de gênero, como ocorre com a classe e a etnia também. (SAFFIOTI, 1992).

Destacamos na experiência de uma das chefes de família, o temor que sentia antes assumir a chefia de sua família sem ter um homem dentro de casa “*para impor respeito*”. Nesta passagem, vemos que ser chefe de família na condição de homem ou de mulher traz implicações diferenciadas.

Assim, quando você fica viúva, tem homem que é muito abusado né? Eu passei até com as minhas filhas porque tinha gente que queria bater nelas, porque “Ah, elas não tem pai”. Mas eu falava assim “ninguém vai bater nelas porque elas não têm pai, mas tem mãe” (Vilma, 56 anos, 3 filhos, seis netos).

[...] mesmo ele não trabalhando, era um jeito de me defender. Eu tinha medo. Ah, sei lá, alguém entrar dentro de casa e sem ter um homem lá junto comigo. Eu morando sozinha, botei isso na minha cabeça, porque eu moro no morro do Amor, sei lá, alguém vim correndo querer entrar na minha casa, e achar que eu moro sozinha, de alguém fazer alguma gracinha comigo. **Você acha que o fato dele estar dentro de casa, fazia diferença?** Eu achava que dava uma certa segurança. Mas depois, fiquei vendo que não é nada daquilo. Ele é que era um monstro dentro de casa, se eu morasse sozinha não ia ter um monstro pior do que ele (Patrícia, 28 anos, três filhos).

Estas colocações são férteis para se compreender como mulheres chefes de família muitas vezes necessitam se apropriar de um padrão de autoridade masculina para garantir a proteção de suas famílias. Em uma sociedade, em que o masculino detém a primazia nas relações de gênero, a idéia de que família precisa

---

<sup>49</sup> Para os propósitos desta dissertação não abordaremos os determinantes de geração e raça/etnia embora consideremos sua importância.



da figura do “homem provedor” para ser respeitada e não ter seu espaço invadido é constantemente difundida (BARSTED,1995).

As interseccionalidades (classe, gênero, geração e raça/etnia) nos interpelam a refletir sobre as múltiplas identidades dos indivíduos de modo que não podemos mais falar em ‘mulher’ e sim ‘mulheres’. Argumenta Costa que tais especificidades constituem em um aporte crucial para as lutas feministas diante das desigualdades sociais.

[...] essa tendência inova ao sublinhar seu compromisso com lutas contra desigualdades para além das dos sexos, o que, de imediato, remete a preocupações com mudanças de condições sociais próprias às atuais formas de vida social, mas também de marcos teóricos sobre desigualdades (COSTA, 2004, p. 24).

Apesar dos inegáveis avanços no sentido de uma maior igualdade entre os gêneros, a condição da mulher revela, por mais sutil que seja, o resultado de um processo de dominação e subordinação do feminino ao longo da história, haja vista a diferença salarial entre homens e mulheres exercendo as mesmas funções e o fenômeno social da violência de gênero contra a mulher. Consideramos que na análise das relações de gênero, a dominação masculina constitui instrumento indispensável para captar a lógica do conjunto de todas as relações sociais. Todavia, “não é mais uma constante sobre a qual toda reflexão tropeçaria, mas a expressão de uma relação social desigual da qual se pode compreender as engrenagens e marcar especificidades, segundo os sistemas históricos” (PERROT & FARGE, 2001, p 17).

Para fins desta dissertação, tais formulações são indispensáveis, pois rejeitam a perspectiva da dominação/subordinação como a única relação entre homens e mulheres. Reconhecendo que a matriz hegemônica de gênero, coloca os homens em uma hierarquia superior, admitimos que as mulheres também exercem variações, táticas e manipulações nestas relações.

Entendemos que as relações de gênero comportam elementos de permanências e mudanças. Se olharmos de forma panorâmica e histórica as mudanças ocorridas na condição feminina na sociedade ocidental, poderíamos citar grandes e importantes rupturas. No entanto, ao focalizarmos nossas lentes nas experiências singulares dos sujeitos reais não veremos rupturas ou transformações radicais, mas estratégias ‘aparentemente’ descontínuas que

apontam para processos de mudanças. Apesar da permanência dos ‘papéis’ de gênero tradicionais no conjunto das entrevistadas, estas mulheres revelaram uma outra face diferenciada do ‘*eterno feminino*’ ao ocuparem chefia de suas famílias. Ao tomarem para si o comando de suas famílias na condição de ‘chefes’, rompem com a permanente divisão de ‘papéis’ que delega ao homem a função de provedor e à mulher a de dependência e subjugação ao homem e ao lar.

A partir deste entendimento, abre-se a possibilidade de encontrar nas experiências das mulheres a possibilidade de rompimentos, de resistências, pois o cotidiano é permeado por pequenas rupturas expressas nas ações dos sujeitos. Thompson (1981) destaca o papel ativo dos sujeitos no “*fazer*” de suas experiências. Sujeitos que foram objetos de “enquadramento” nas estruturas de classe e de gênero, mas que necessariamente não se colocaram nesta relação como sujeitos passivos, indiferenciados. Ao contrário, a experiência repleta de contradições revela tanto o conformismo como a resistência (CHAUÍ, 1989). A experiência, chega “*sem bater na porta*” (THOMPSON, 1981) e assim é preciso dar respostas para as situações reais que os sujeitos experimentam.

Nesse espaço de elaboração dos sujeitos, de manobras e táticas chamamos atenção para a situação vivida por Patrícia, uma das chefes entrevistadas. Após ter colocado o companheiro para fora de casa, a mesma continuou a residir por um ano em um cômodo apertado no quintal da casa da mãe e o ex-companheiro se estabeleceu em uma casa, sem oferecer nenhum tipo de auxílio para os filhos. A mulher resolve então ir até o quintal onde reside Ricardo (ex-companheiro), a cunhada e um outro vizinho.

Mas eu achava aquilo um cúmulo, com três filhos morando naquele cubículo [...] três filhos pra não me ajudar com nada, então eu peguei meus filhos e vim embora pra cá. **Você queria exatamente o que?** A casa. Já que ele não me dá um mantimento pros filhos, não dá nada, eu queria a casa. Juntei as coisas, só peguei algumas roupas dos meus filhos, a mochilinha de roupa que dava pros três, e vim pra cá com eles três: [...]“Cheguei, vim morar aqui”! Quando eu cheguei eu falei: “Ó, eu não estou aqui pra arrumar problema com ninguém, o Ricardo não dá assistência nenhuma e eu vim pra ficar. A casa não é minha? Não é. É da tia dele, mas não tem importância, mas daqui eu não saio e daqui ninguém me tira”. E entrei, aí, eles não querendo aceitar (Patrícia, 28 anos, três filhos).

[...] Aí, a mulher dele (do ex-companheiro) tentou se meter, eu falei: “Você não se meta, ele é o pai dos meus filhos, o papo aqui é entre eu e ele, você está fora. Sai fora você, é eu e ele aqui! [...] Ela inventou que tava grávida dele, eu falei “problema é do teu filho, ele vai ficar um desagregado igual aos meus, porque não tem pra dar pra três, quanto mais pra quatro”. “Problema é seu, o que você

vai fazer da sua vida eu não sei, o teu ainda tá na barriga, tem como você correr atrás de um serviço. Eu também vou correr, mas daqui eu não saio"! "Não, não vou dormir lá na frente não, vou dormir aqui, aqui também é parte dos meus filhos, não é meu não, mas dos teus filho é ! Vou dormir aqui"! (Patrícia, 28 anos, três filhos).

Patrícia nos conta que Ricardo ainda resistiu e impediu que a ex-mulher permanecesse na casa. Chegou a propor que Patrícia fosse dormir na casa da cunhada. Todavia não obteve êxito. Na manhã seguinte, insistiu mais uma vez para que Patrícia fosse embora.

Aí, o que ele fez? Pegou a mulher dele e foi dormir lá na frente, na casa da irmã dele e eu fiquei lá atrás na casa. Aí no outro dia ele foi lá tentar me tirar lá de dentro. "Ricardo, tira isso da cabeça cara, já tô morando aqui". [...] Aí eu fiquei um bom tempo sem ir lá na minha mãe, as roupas das crianças quase rasgando, aquelas roupas que eles tiravam eu tinha que lavar, estender, pra botar de novo. Eu não queria ir lá na minha mãe com medo dele trocar a chave da porta... E fiquei morando aí, tô aí, até hoje (Patrícia, 28 anos, três filhos).

Interessante observar que Patrícia exigiu a casa, baseada no argumento que Ricardo não colaborava com o sustento dos filhos. A chefe de família a partir da posição tradicional de mãe utiliza a maternidade em seu favor e assim torna mais difícil uma represália, já que em seu discurso a casa também pertence aos filhos. O mesmo patrimônio simbólico e cultural da maternidade funciona tanto para aceitação de posições mais tradicionais como para encorajar resistências. Desse modo, a experiência é espaço de prática e torna-se indispensável "já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento" (THOMPSON, 1981, p.15).

Rocha-Coutinho (1994) recupera os micro-poderes exercidos no cotidiano e formas de resistências femininas. Para o autor, as mulheres figuram nem como vítimas nem como algozes "[...] acreditamos que as mulheres ao longo dos anos foram tecendo modos de resistência a esta opressão masculina, formas de exercer um certo controle sobre suas vidas a despeito de uma situação social tão adversa" (ROCHA-COUTINHO, 1994, p.19). A atuação feminina se realiza através de complexos contra-poderes: poder maternal, poder social, poder sobre outras mulheres e "compensações" no jogo da sedução (PERROT & FARGE, 2001).

## 4.2. Mulheres chefes de família: questões e implicações

A década de 80 e os anos 1990 foram tempos propícios para inaugurar um novo modo de olhar os arranjos familiares no Brasil. A adoção de paradigmas críticos de análise permitiu uma crítica ao modelo das classes dominantes e a família patriarcal estabelecendo uma nova perspectiva que incorpora o referencial de gênero nas análises sobre família.

Observa-se nos estudos, uma ênfase nas diversas transformações sociais, as quais propiciam “*convergências e divergências*” (BILAC, 1991) nas estruturas familiares. Como reflexo das mudanças na estrutura social e demográfica do país crescem os estudos voltados para a compreensão das famílias chefiadas por mulheres

As reflexões sobre esta problemática apontam para uma pluralidade de questões que colaboraram para a consolidação dessa temática no campo dos estudos sobre família no Brasil (SANTOS MACEDO, 2008).

Barroso (1978) e Barroso e Bruschini (1981) oferecem as primeiras contribuições neste tema. As autoras reforçam a necessidade de se dar maior visibilidade para a expansão do fenômeno e a importância desses arranjos para a manutenção de famílias de classe trabalhadora.

Importa destacar que a pesquisa brasileira sobre este temática sofre um tremendo incentivo de algumas associações científicas nacionais, tais como: a Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET, Associação Nacional de Pós-Graduação de Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS, Associação Brasileira de Antropologia - ABA e Associação Brasileira de Sociologia - SBS. Para Russell Parry Scott (2002), tais associações

[...] através dos seus encontros nacionais se constituem em importantes espaços de exposição e discussão dos estudos e pesquisas, tornando-as visíveis e públicas além de proporcionarem à comunidade científica um balanço geral a respeito dos mais diversos campos temáticos (PARRY SCOTT, 2002b, p.2).

Para discutir as questões e implicações que envolvem o tema das famílias com chefia feminina, adotamos a classificação proposta por Santos Macedo (2008) dividindo os estudos em três blocos: (I) discussões de caráter mais sociológico,

voltadas para a problematização de questões relacionadas à adequação da terminologia utilizada, tal como ‘responsabilidade’ e ‘chefia’ e os significados atribuídos a estes termos; (II) análises que incorporam uma reflexão de natureza mais antropológica e (III) estudos que buscam pensar o fenômeno de modo relacionado às questões estruturais, como os processos de precarização laboral, desemprego e pauperização pontuando a necessidade de políticas públicas voltadas para essa população.

Para Carvalho (1998b), o conceito de chafia familiar tem suas origens nas leis que regiam a família em sociedades antigas. Era normalmente empregado para designar a um único membro, normalmente o homem mais velho, poder sobre os demais membros do domicílio. A autora em questão ressalta o fato de que o conceito padece de várias limitações.

A limitação inicial que se coloca refere-se à própria questão da delimitação da unidade de análise: chafia de modo geral, se refere à família ou ao domicílio? A problemática imediatamente articulada a esta é o critério definidor de chafia: chafia como autoridade sobre o núcleo familiar (ou domiciliar)? como poder econômico advindo de sua manutenção ? ou como ambos conjugados ? (CARVALHO, 1998a, p.8).

Pode-se afirmar que o termo ‘chafia familiar’ é construído a partir da negação de um padrão considerado dominante, a chafia masculina, sendo a denominação chafia familiar feminina “empregada quando o homem adulto não está presente, como se a família chefiada por mulheres fosse uma anomalia” (CARVALHO, 1998b, p.77), já que não se faz esta distinção quando o homem está presente.

Nesse sentido, domicílios podem ser chefiados por uma ou mais pessoas, homens e mulheres e abrigar mais de uma família além dos parentes e não parentes. Acrescenta-se a este aspecto que o critério definidor de chafia também é problemático, podendo ser definido a partir da autoridade sobre o núcleo familiar ou como poder advindo de sua manutenção. Nesse ponto, é bastante comum, a ocultação da contribuição feminina e a desvalorização de seu poder, quando se designa a chafia ao filho mais velho, nos casos da ausência do cônjuge masculino.

No estudo da chafia familiar também se deve levar em consideração a heterogeneidade de arranjos familiares com a possibilidade de um ou mais membros estarem envolvidos na manutenção econômica.

A literatura sobre o tema aponta elementos interessantes para se compreender o significado da chefia familiar feminina. A pesquisa de Carloto (2005) desenvolvida com mulheres chefes de família monoparental, em situação de extrema pobreza no município de Londrina, no período de 2003 a 2005 demonstra que com relação ao reconhecimento da chefia, as mulheres entrevistadas se consideravam chefes de família porque assumiam a responsabilidade com os cuidados da casa e com os filhos.

As mulheres mostraram considerar o homem como irresponsável e despreocupado com os filhos, além de colocarem o cuidado, carinho e o amor como adjetivos femininos. Essas opiniões acabam por aceitar e justificar as atitudes masculinas, e também demonstrar o quanto a mulher torna-se presa à família, a seus papéis e responsabilidades (CARLOTO, 2005, p.12).

Com base nesta mesma pesquisa, a autora aponta que outro grupo de mulheres identificou a chefia com a ausência do homem. Isso nos leva a crer que caso o companheiro estivesse presente, este último seria considerado o chefe.

Essas mulheres ao ligarem a chefia familiar à figura masculina, demonstram o quanto ainda prevalece a visão tradicional de família, composta por um homem chefiando e tendo poder do grupo familiar. As mulheres pesquisadas, além de definirem o homem como chefe da família, apontaram para o sentimento de segurança, através da figura masculina dentro de casa (CARLOTO, 2005, p.14).

O trabalho de Mendes (2002) analisa a condição da chefia feminina, considerando as relações de gênero que são constituídas, remodeladas e conservadas sob a condição dessa chefia. Discute também as posturas femininas mediante a responsabilidade e multiplicidade de papéis. A discussão toma como referência os dados de uma pesquisa qualitativa, realizada com mulheres líderes comunitárias que moram em áreas faveladas, da cidade do Recife-PE.

Neste estudo, Mendes aponta a ambigüidade percebida nos relatos das mulheres chefes de família, onde podem ser observadas posturas femininas mais tradicionais, como também posturas consideradas mais revolucionárias. Esta situação sinaliza permanências e mudanças, nas atitudes de mulheres chefes de família.

Os depoimentos presentes no trabalho citado revelam que as mulheres atribuíam ao companheiro a chefia da casa, embora as mesmas se reconheçam como mantenedoras financeiras do domicílio.

Observou-se que mesmo aquelas mulheres que se assumiam como chefes, mantiam cotidianamente perante o companheiro uma certa preocupação de não deixar às claras tal condição, amenizando a situação através de alguns artifícios como: conceder uma espécie de mesada ao companheiro, satisfazer alguns dos seus vícios de consumo (cigarro, comida, objetos de lazer), esforçar-se para manter o reabastecimento da casa, no sentido de amenizar o constrangimento do parceiro pela carência material (MENDES, 2002, p.7).

No entanto, um aspecto abordado por Mendes e que, segundo a autora, está relacionado à alteração da posição da mulher no lar refere-se a decisão sobre as coisas do domicílio. De acordo com a autora citada, “quando perguntadas sobre quem decidia as coisas em casa, a resposta da grande maioria indicava ser o casal, outras afirmaram ser delas a palavra final” (MENDES, 2002, p.7). Para esta autora, a posição da mulher altera-se comparada a uma situação de dependência, em que o homem-marido tomava todas as decisões.

De acordo com Mendes, embora as mudanças ocorridas nestas famílias não sejam radicais, mas paulatinas, possibilitam a conservação de alguns elementos e a introdução de novos. As relações de gênero são relações contraditórias, muitas vezes o que pode parecer obediência e conformação revela-se como estratégias sutis utilizadas pelas mulheres. Famílias chefiadas por mulheres trazem em seu bojo, tanto posições tradicionais quanto rupturas com as tradicionais concepções de gênero. Neste trabalho, partilha-se das contribuições de Mendes quando afirma que

[...] as posturas consideradas mais tradicionais ou conservadoras não devem ser entendidas taxativamente como formas de aceitação, contradição ou submissão feminina. Elas podem ser vistas como estratégias pela qual as mulheres processam o caminho da mudança, ou seja, sem transformações radicais e rupturas” (Mendes, 2002, p.9).

Estes arranjos trazem implicitamente uma hierarquia de poder, sendo o próprio conceito de chefia um exemplo disso. A mulher se designa chefe de família quase sempre na ausência de um parceiro masculino que resida no mesmo domicílio. Já o homem se designa como chefe na presença de uma esposa e filhos.

Dentre os estudos com um viés mais antropológico, destacamos Klass Woortmann (1987) em seu trabalho *A família das mulheres*. O autor analisa a organização familiar e de parentesco entre os pobres na cidade de Salvador durante a década de 1980.

O autor aponta para uma diferenciação importante entre chefia da casa e chefia da família. Enquanto na chefia da família, o que está em jogo é a autoridade moral, a chefia da casa depende em parte da propriedade do imóvel e do sustento do domicílio.

No que tange à organização das famílias pobres, Woortmann (1987) aponta em seu estudo a prevalência da unidade mãe-filhos contrariando o modelo de família conjugal. O estudo destas famílias revela uma configuração em redes de parentesco com tendência matrilateral, o que leva o autor a afirmar a centralidade da mulher na família, principalmente nos casos de articulação da rede de parentesco.

Abarcando a diversidade de situações nas quais se verifica a chefia feminina, Santos Macedo (2001) analisa as trajetórias de vida e experiências de mulheres chefes de família no subúrbio da Bahia a fim de compreender os processos que geraram a chefia feminina do núcleo familiar e como tal situação é vivenciada por diferentes mulheres.

A autora se propõe a analisar a questão da chefia familiar feminina em inter-relação com as categorias gênero, idade/geração, raça/etnia e classe social. Demonstra que apesar das semelhanças nas vivências dessas mulheres; sob o rótulo de chefe de família esconde-se uma diversidade de trajetórias e experiências. Busca, portanto, desfazer a idéia bastante difundida da existência das chefes de família enquanto um grupo homogêneo, vitimizado pelas hierarquias sociais, uma vez que no mesmo bairro de classe trabalhadora como o estudado pela autora, há mulheres que vivenciam a situação de chefia em condições bem mais favoráveis do que outras.

Tais colocações não pretendem esvaziar a dimensão política de que por trás da conjunção desses fatores encontram-se sujeitos e grupos de sujeitos em condições mais ou menos ‘precarizadas’, a depender das possíveis combinações das referidas hierarquias.

Sorj & Fontes (2008), superando o conceito de pobreza restrito à renda monetária, comparam as condições de vida, além da situação do domicílio e o



acesso à escolaridade tanto nas famílias monoparentais femininas como nas famílias compostas. As conclusões das autoras mostram que apesar dos arranjos monoparentais femininos terem, em média, renda inferior à das famílias compostas por casal com chefia masculina; as condições dos domicílios monoparentais são superiores e os índices de trabalho infantil são menores.

Existem elementos que são comuns à pobreza de homens e mulheres. No entanto, alguns aspectos atingem as mulheres de forma diferenciada, tais como a posição que ocupam nas relações sociais e na divisão sexual do trabalho. Dentre os pobres, as mulheres de um modo geral e não só as chefes de família, constituem um universo especial. Ocupam-se de atividades domésticas não remuneradas indispensáveis para reprodução da força de trabalho. Estas ocupações implicam em limitação do tempo das mulheres para investir em formação profissional.

As reflexões de Silva (2007) esclarecem que a chefia familiar feminina não pode ser considerada um indicador de maior pobreza das mulheres. Embora se constate uma maior incidência de chefia familiar feminina nos domicílios com baixo rendimento econômico, o fenômeno vem crescendo também nas camadas médias e altas. Lares chefiados por mulheres são muito heterogêneos e não podem receber a mesma categorização com relação à pobreza. No entanto, não se deve desconsiderar esta tendência nos estudos sobre políticas sociais, pois este corte analítico pode colaborar para ressaltar a desigualdade de gênero e a pobreza diferenciada entre homens e mulheres.

É Carvalho (1998b) quem destaca a importância da chefia familiar feminina para a definição de políticas sociais. A autora propõe linhas básicas de ação, das quais destacamos os programas de suporte à mulher trabalhadora, tais como creches comunitárias ou no local de serviço, escolas de período integral, acompanhamento à criança no período extra-escolar, programas e alternativas de alimentação comunitária, enfim, os equipamentos sociais que liberam, pelo menos parcialmente, o tempo das mulheres trabalhadoras.

Programas de suporte desenvolvidos nos locais de moradia ou no trabalho das mulheres, além de diminuir o peso com o trabalho doméstico no cotidiano da mulher trabalhadora e chefe do domicílio, contribuem sensivelmente para a elevação do bem-estar dos membros do domicílio, tanto daqueles que dependem de cuidados dos irmãos mais velhos quanto daqueles que são envolvidos

precocemente na substituição da mãe trabalhadora. Para Carvalho, este dado é um dado importante para o Brasil, “[...] onde são as filhas mais velhas que prioritariamente geram os serviços domésticos e cuidam dos irmãos menores. [...] a creche é sem dúvida, um dos maiores apoios que podem ser dados à mulher trabalhadora” (CARVALHO, 1998b, p.89).

A conciliação entre a vida familiar e o trabalho é um dos maiores desafios que se colocam para as mulheres chefes de família entrevistadas. Nessa articulação, as redes sociais das mulheres chefes de família desempenham papel muito importante enquanto um recurso nas situações de maior privação e atuam como um suporte que as chefes podem recorrer em diversos momentos (FAVARO,2008). A construção de redes como uma estratégia na sobrevivência cotidiana também foi um aspecto observado no trabalho de campo em São João de Meriti.

#### **4.3. Redes e laços: “apertando aqui e ali”**

Alguns trabalhos sobre as condições dos domicílios brasileiros sob chefia feminina apontam que estas unidades domésticas não são necessariamente “as mais pobres entre os pobres” e contam com recursos e redes para arcar com a reprodução social de seus membros (FAVARO, 2008; SORJ e FONTES, 2008). Ao reconhecer a família como uma rede de laços, o território assume importância fundamental. O território, nessa perspectiva deve ser compreendido a partir de determinantes políticos, culturais e econômicos que extrapolam o espaço físico e passam a incorporar

[...] significados e valores para as famílias ali residentes, como também para os técnicos que neles atuam, sendo mais um elemento da vigilância social. Dessa forma, ao considerar o território como ponto central de atuação, a proteção social reconhece a presença de múltiplos fatores de vulnerabilidade e de recursos econômicos, sociais e culturais presentes em um local e o impacto destes na fragilidade ou no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (ALMEIDA, 2008, p.280).

O conhecimento das tramas que se tecem no cotidiano revela a organização interna dos territórios e suas relações de reciprocidade. De acordo com Koga

[...] há regras de convivência estabelecidas e consagradas nos pedaços que significam, muitas vezes, solidariedade nas necessidades, segurança contra riscos sociais, enfim, relações que não se resumem apenas ao âmbito da família nuclear, mas se estendem a outros parentescos, ‘conterrâneos’, vizinhos (KOGA, 2003, p.54).

Esse entendimento possibilita compreender as razões que compeliram uma das mulheres entrevistadas, mesmo contra a sua vontade a ajudar outros vizinhos em dificuldade quando o abastecimento de água foi interrompido.

[...]mas eu não gosto muito não, porque a maioria ali agora tudo é crente, e eles não gostam muito de conversar com as pessoas que é do mundo, aí eu não vou muito com eles. Aqui não sei se caiu, mas lá onde moro, não tem água não. A menina é da igreja, todo mundo da igreja, ela pediu água do poço pra todo mundo, ninguém deu, só quem deu fui eu (Vilma, 56 anos, 3 filhos, seis netos).

O território é o espaço de visualização dos processos de vulnerabilidades e riscos (ALMEIDA, 2008, p.280). A noção de vulnerabilidade não se limita à pobreza, mas abarca outras dimensões, tais como desigualdade no acesso a serviços públicos, a direitos, exposição à situação de riscos, discriminações de diversas ordens. Esta resultante altera a dinâmica das populações e dificilmente é apreendida nas estatísticas e indicadores sobre pobreza.

Compreendido como um fenômeno contraditório e dialético, o território é um campo fértil para o desenvolvimento de potencialidades (ALMEIDA, 2008, p.280). Possibilita o incremento de recursos já existentes, fortalecimento de laços, vínculos familiares e comunitários. Permite, através do convívio entre os atores sociais, a construção da cidadania, da liberdade e do respeito.

Nessa direção, Milton Santos destaca a criatividade dos pobres na satisfação de seus desejos. O geógrafo refuta a idéia de que a preocupação imediatista com a sobrevivência, não permitiria aos pobres da cidade olharem para o futuro. “Acusados por uma literatura sociológica repetitiva, de orientação ao presente e de incapacidade de prospectiva, são os pobres que, na cidade, mais fixamente olham para o futuro” (SANTOS, 2002 p. 37). Ao narrar suas experiências, os sujeitos revelam “histórias plenas de vida e vidas plenas de histórias” tais como a de Flávia, uma das chefes de família (MARTINELLI, 2008). Como fonte de renda, a mesma dispõe de R\$ 100,00 do Programa Projovem e R\$130,00 do Programa Bolsa Família. Para que o aniversário do filho

“*não passasse em branco*”, a entrevistada economizou seus recursos alguns meses antes.

Aí eu recebi a “Bolsa Família”, aí tirei R\$ 20,00. O aniversário do meu filho foi dia 24 de fevereiro, fez sete anos. Aí falei pra ele: “Filho, você quer sair com a mamãe ou você quer bolo?”. “Não mãe, eu quero sair”. Com dinheiro e com o Rio-Card, todo mundo pegou os filhos... aí a gente pegou e saímos. Fomos pro Piscinão de Ramos<sup>50</sup>. Eles [...] brincaram à vontade, depois quando deu cinco horas, veio embora pra casa (Flávia, 27 anos, 3 filhos).

Para Milton Santos (2004), os pobres ao re-avaliarem a psicofera e a tecnosfera<sup>51</sup> descobrem novos usos para objetos. Assim como Flávia imaginou as possibilidades apresentadas pelo Mundo e aquelas percebidas no lugar, ou seja, novos usos do Bolsa-Família e a possibilidade de lazer no Piscinão de Ramos, os pobres de acordo com Milton Santos realizam novas articulações, novas práticas e novas normas, na vida social e afetiva.

Trata-se, para eles, da busca do futuro sonhado como carência a satisfazer - carência de todos os tipos de consumo, consumo material e imaterial, também carência do consumo político, carência de participação e de cidadania. Esse futuro é imaginado ou entrevisto na abundância do outro e entrevisto, como contrapartida, nas **possibilidades apresentadas pelo Mundo e percebidas no lugar**. [...] O choque entre cultura objetiva e cultura subjetiva torna-se instrumento da produção de uma nova consciência (2004, p.326 – grifo nosso).

Entre as possibilidades apresentadas pelo Mundo e as que são percebidas no lugar destacamos uma das chefes de família que encontrou no pré-vestibular comunitário<sup>52</sup> a oportunidade de se preparar para ingressar no ensino superior.

---

<sup>50</sup> O Piscinão de Ramos também conhecido como Parque Ambiental da Praia de Ramos foi inaugurado em dezembro de 2001. Trata-se de uma área de lazer formada por uma praia artificial associada a uma piscina pública de água salgada. Localizado no bairro de Ramos, na zona norte do Rio de Janeiro, a piscina foi montada utilizando-se água do mar. Problemas de contaminação são frequentes na piscina e os banhistas reclamam da falta de banheiros, os quais são insuficientes para os milhares de pessoas que frequentam o local.

<sup>51</sup> Discutindo a globalização e o uso do território, o autor define a psicoesfera como o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos e as relações inter-pessoais. A tecnosfera é o resultado da crescente artificialização do meio ambiente. Para Santos, trata-se de esferas redutíveis uma a outra.

<sup>52</sup> O curso pré-vestibular comunitário é uma alternativa para alunos que desejam se preparar para o ingresso no ensino superior, mas não possuem recursos suficientes para pagarem um curso particular. A mensalidade do pré-comunitário é bem inferior à média dos demais cursos, pois as aulas são ministradas por professores voluntários em espaços como igrejas e associações de

[...] não sei se Deus vai me dar tempo suficiente para mim me tornar uma pedagoga, meu sonho maior é me formar. Eu estou fazendo um pré-comunitário. E minhas netas estão indo pelo meu caminho, a minha neta mais velha está com dez anos, está na quarta série, a de sete anos está cursando já a segunda série [...]. Então, elas estão puxando minha veia educacional. Dizem que uma pessoa só está realizada na vida, quando planta uma árvore, tem filhos e escreve um livro, eu já plantei árvores, já criei os filhos, agora escrever o livro, eu não sei ... (Judite, 56 anos, 4 filhos, 3 netos).

No território, as redes se atualizam por meio das transações de bens (alimentos, roupas, sapatos, utensílios e aparelhos domésticos), serviços (informações úteis, pagamento de contas, limpeza doméstica, cuidado com crianças e doentes, conserto de aparelhos domésticos, etc.) e também nas trocas simbólicas. Relembra Sarti (2007) que a família se configura como uma rede, uma vez que as obrigações morais continuam existindo e assim os laços com os parentes não se dissolvem.

Não pretendemos abordar os aspectos teóricos estruturais (dimensão, densidade, intensidade, etc.) que envolvem as redes e as trocas, mas analisar as tramas e relações que se estabelecem a partir dos circuitos de ajudas mútuas que permitem a conciliação entre o cuidado e a provisão nas famílias chefiadas por mulheres.

Na estruturação destas redes, os parentes próximos aparecem como os primeiros a serem acionados. Com exceção de uma entrevistada, as mulheres apontam pelo menos um parente (consangüíneo ou afim) como fonte de ajuda. Na rede dos parentes, a maioria das transações é realizada entre mulheres: irmãs, madrinhas, sobrinhas, avós e tias. Essa ajuda, revelam as chefes de família é tanto material como imaterial. (FAUSTO NETO, 1982; 1984).

É, minha sogra faz compra às vezes, vai lá e dá. Quando me ajuda com dinheiro, dá um dinheiro pra mim comprar umas frutas, uns legumes pras crianças. Me ajuda. Mas ela também é, ela também é minha conselheira. Converso bastante com ela, peço muita opinião, ela, minha mãe, eu ainda tenho uma irmã também que a gente conversa bastante (Cláudia, 35 anos, dois filhos).

A minha tia é como se fosse a minha irmã. Uma irmã mais velha. É (...) me ajuda, me escuta, (...) me ajuda bastante, comprar uma sandália, um chinelo, ela

---

moradores. Geralmente os alunos são egressos de escolas públicas e buscam nesses cursos suprir os conteúdos que não foram aprendidos de modo satisfatório durante a vida estudantil.

me dá roupa dela para mim, às vezes ela vai na loja e compra, ela diz: “ah olhei, vi e achei que era a tua cara e eu comprei para você”. A minha tia é a minha segunda mãe. Que a hora que eu preciso de colo ela está ali para me ajudar (Ana, 28 anos, dois filhos).

A minha irmã paga a conta de telefone pra ela ter comunicação comigo, pra saber como é que tá minha casa. É, quando ela pode assim, ela ajuda. Aí agora que ela pode, aí que ela falou comigo: “Ah, vou fazer (obturar) os seus dentes. Como eu tô indo num dentista pago (particular) eu vou te levar, pra você ir no dentista também”. Aí, ela me levou no dentista (Tereza, 48 anos, um filho).

No que se refere aos vizinhos, observamos que eles também aparecem como fonte de apoio, especialmente no cuidado com os filhos. Em alguns casos, o auxílio dos vizinhos ocorre em situações de extrema necessidade, evitando assim expor as carências da família. Como pedir ajuda sempre gera incômodos, o apoio dos parentes é menos constrangedor do que o proporcionado pelos vizinhos (FAVARO, 2008). Todavia, este recurso aparece nas situações em que não se pode contar com os parentes, como por exemplo, nos casos em que a chefe está distante dos familiares ou quando não existe aproximação para solicitar auxílio. É como nos relata Marisa, única chefe de família que afirma não poder contar como apoio de familiares.

Tem uma vizinha que olha os meus filhos para mim fazer a faxina, ela vai e fica com os meus filhos, me ajuda com isso (Marisa, 31 anos, 2 filhos).

Outra entrevistada, Flávia, aponta que não conta com ajuda de seus irmãos e parentes consangüíneos, mas residindo nos fundos da casa do sogro, encontrou neste parente e na vizinha D. Conceição apoios fundamentais.

Ah, se não fosse a D. Conceição (vizinha)! Todo dia ela compra pão, um saco de pão. Às vezes eu não tenho pão, ela faz bolo, manda um tabuleiro de bolo lá pra casa. Às vezes eu to dormindo ela me chama. Aí, vou acordar, vejo o que é. Às vezes é um saco de pão na porta, é ela que deixa pra mim. Todo dia. Quando não é pão, é biscoito, é bolo, é mingau pras crianças. Ela é muito boa pra mim. **E como surgiu essa amizade?** Ih, de anos. Assim que eu vim morar aqui. Assim que eu vim morar aqui, eu era casada com ele (o ex-companheiro). Muito tempo, assim que eu vim morar aqui, pegando amizade, com as filhas dela, com os filhos dela, com os netos dela, pegou a maior amizade aí ficou assim... todo mundo chama ela de vó. Até hoje chamo ela de vó, meus filhos também chamam ela de vó. (Flávia, 27 anos, 3 filhos).

Aí ele (o sogro) falou: “Vou te ajudar com as crianças. Pra você, você dá seu jeito”. Aí nisso aí que eu vivo. Arroz, feijão, ele dá também. [...] eu ganho uma cesta básica dele que vem quase tudo. Vem arroz, feijão, vem óleo, vem sabão,

sabão em pó. É, do serviço dele que ele ganha. Todo mês ele ganha cesta básica e dá pra mim (Flávia, 27 anos, 3 filhos).

A situação de Flávia e de outras mulheres chefes que enfrentam dificuldades de relacionamento com os parentes consangüíneos, nos leva a pensar sobre as relações estabelecidas com os parentes afins. Tais relações se apresentam tanto em termos de rivalidade como de aliança (FAUSTO NETO, 1982; Fonseca, 1987). No trecho abaixo, Cláudia, uma das chefes entrevistadas aponta algumas diferenças entre a mãe e a sogra. Percebe-se no discurso de Cláudia que a ajuda por parte de sua mãe não é voluntária.

[...] minha mãe nunca foi assim de chegar e dar por livre e espontânea vontade, a gente tem que falar que tá precisando. **E como é com a sua sogra?** A minha sogra não é assim. A minha sogra, ela chega lá, se ela for no mercado, ela compra e já traz. Aí compra um Danone, compra um biscoito, compra... entendeu? Aí ela já traz. Se tiver alguma coisa na promoção ela já traz, uma carne, um arroz, ela já traz. A minha mãe não, a minha mãe é diferente, a minha mãe a gente tem que falar que tá precisando, e ela nunca (...) Porque eu nunca vou falar. Jamais eu vou chegar lá e vou falar: “Ai mãe, eu to precisando disso”. Jamais. Que nem ela falou pra mim: “Ai, você não fala, quem não se comunica se estrumbica”. Ela falou pra mim, minha mãe. Com minha sogra é diferente (...) Eu vi a diferença entre as duas. (...) A minha sogra me trata como filha e minha mãe me trata como sogra. É invertido. A minha mãe é que era pra chegar, dar, não era pra... que ela acha que eu tenho que me comunicar, dizer que tá faltando isso, que tá faltando aquilo, pra poder me dar as coisas. Mas aí tá tudo bem, ela nunca vai ouvir, nunca, jamais! (Cláudia, 35 anos, dois filhos).

A compreensão da “*lógica da solidariedade*”, que caracteriza a ação das famílias pesquisadas está longe de ser uma forma ‘idílica ou funcional’ entendida como sinônimo de consenso entre os seus membros. Nosso entendimento caminha na proposta de Bilac (1995) que entende ser esta solidariedade uma “interdependência necessária com o outro”. Igualmente deve-se considerar que a rede de solidariedade não se apresenta com a mesma intensidade em todas os grupos populares, mas ao contrário se manifesta com muitas nuances.

As redes sociais reforçam outros vínculos não conjugais e atuam como uma espécie de amortecedor para escassez material e para as adversidades (FAVARO, 2008). No entanto os recursos mobilizados não impedem que as mulheres atravessem períodos difíceis em que a “*situação fica preta*”. Não podemos desvincular os discursos das entrevistadas do contexto social em que estão inseridas. Se as experiências podem, a primeira vista, parecerem únicas ao indivíduo, por outro lado elas são em alguma medida resultados de processos

sociais (GASKELL apud GOMES et al, 2005). Pertencendo a classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2010) as chefes de família pesquisadas enfrentam diversas dificuldades e se lançam na busca de alternativas para as suas necessidades.

Para as mulheres, assumir a chefia de suas famílias significa organizar a família de várias maneiras, de acordo com as necessidades que lhe são postas. Desse modo, é preciso enxergar na diversidade desses novos arranjos não só os aspectos de vulnerabilidade, mas também o potencial dessas mulheres em assumir suas famílias e encontrar alternativas para as suas necessidades. Nosso raciocínio se alinha com aqueles que procuram conhecer “o que os pobres têm, antes do que o que não têm” (BILAC, 2002).

“Apertando, aqui e ali”, eu consegui pagar a inscrição dele no curso. (Judite, 56 anos, 4 filhos, 3 netos).

É, se virando, sabe como? Trabalhando, fazendo um negócio daqui, fazendo uma coisa dali. (Cláudia, 35 anos, dois filhos).

A gente tem que “rodar a baiana” de verdade. “Rodar a baiana”, a gente tem que ir pra rua, vai pega emprestado, sei lá, pega fiado com alguém. Eu luto de verdade, pelos meus filhos eu faço qualquer coisa. Pra não deixar eles com fome, passar necessidade e aperto, eu deixo de comer. Já aconteceu, eu já fiquei com fome pra poder dar pra eles (Flávia, 27 anos, 3 filhos).

Neste estudo, uma tendência observada é que as redes de ajuda são as alternativas encontradas pelas chefes para “*dar conta do recado*”. Além de amenizar as dificuldades, estas relações sociais permitem acesso a informações importantes, como por exemplo, a indicação de uma casa para morar ou uma recomendação para um trabalho. Os trabalhos a domicílio, por exemplo, implicam em uma relação de confiança e nesse ponto a indicação ou a recomendação por parte de outrem é fundamental.

**Com conhecimento que você conseguiu esse trabalho?** É. Um, minha mãe arrumou pra mim, a vizinha arrumou pra mim, eu fui... cheguei lá, fiquei trabalhando durante... ia fazer um ano. Só que aí não estava dando certo, não tava com esse negócio de carteira assinada, nunca tava bom pra madame... (Patrícia, 28 anos, três filhos).

Eu tive que morar numa casa emprestada, lá perto mesmo. **A senhora conhecia a pessoa que era a dona da casa?** Assim, em lugares pequenos um já conhece o outro (Judite, 56 anos, 4 filhos, 3 netos).



Ser incluído nas redes de auxílio e proteção passa também, acima de tudo, por uma questão de reputação. Reputação / honra / respeito aparecem como elementos simbólicos que normatizam os comportamentos. A honra encerra o esforço de exaltar a própria imagem de acordo com as normas definidas pelo grupo. Tais normas compõem um código de honra, onde o prestígio pessoal é negociado como o bem simbólico fundamental de troca (FONSECA, 2004).

Assim, a reputação figura como elemento importante para diferenciar os moradores, na inclusão/exclusão das redes de ajuda. Nesse ponto, recordamos de um fato relatado por Patrícia, uma das mulheres chefes de família. No período em que era casada, o fato do marido não querer procurar trabalho foi apontado como um dificultador na obtenção de auxílio. Nesse caso, o marido ao não cumprir com a norma do *homem provedor*, colaborou para abalar profundamente o respeito e a honra da família (SARTI, 2007).

Imagina, ele parado dentro de casa. Qual pessoa que vai me ver “Ah, tadinha, vamos dar uma ajuda a Patrícia”. Ninguém quer ver, ninguém vai querer ajudar, com o marido dentro de casa, entendeu? Minha mãe me dava um prato de comida, mas teve um certo ponto que eu falei pra ela “não acho justo não precisa a senhora dar, ele vai ter que se mancar!”. Como ele não se mancou.... fez dez anos eu falei “não dá mais!” (Patrícia, 28 anos, três filhos).

Percebemos, nas narrativas que estar em rodas de conversa, como por exemplo *“ficar conversando no portão”* ao mesmo tempo em que é considerado como uma forma de sociabilidade é também visto como fofoca. Sempre mal-vista, a fofoca, de acordo com Fonseca (2004) é onde se põe em xeque a honra.

Atacar, pela fofoca, os atributos de um e de outro é atentar contra o que há de mais íntimo no indivíduo, a imagem que ele faz de si. É como se as palavras que atingem a imagem pública de uma pessoa tivessem a força mágica de feri-la fisicamente. Essa perspectiva faz sobressair o poder das mulheres porque, ainda que os homens tenham uma capacidade superior de violência física, as mulheres são as principais manipuladoras da reputação (FONSECA, 2004, p.37).

As mulheres se esforçam para afirmar que têm um bom relacionamento com vizinhos, mas para não extrapolar os limites e as regras da boa-vizinhança, este envolvimento é sempre medido e moderado. Há por parte das entrevistadas uma certa unanimidade quando apontam que *“não é bom viver enfurnada na casa dos outros”*.

Nas narrativas os sujeitos ora se velam, ora se re-velam. A busca dos significados, das lógicas que presidem os discursos dessas mulheres, não se mostram por si só. Foi preciso buscá-los de modo pacientemente impaciente (MARTINELLI, 2008). Ao analisarmos estes discursos, não desconsideramos que em uma situação de entrevista ocorrem interações entre os sujeitos envolvidos (pesquisador e pesquisados). Nestas circunstâncias, a atitude da pesquisadora, o modo como olha ou enuncia alguma questão interfere profundamente nos depoimentos. Estes estão saturados de valores, códigos, enfim subjetividades, de modo que as mulheres entrevistadas oferecem um relato de suas vidas, e este é sempre um (mas não o único) dos possíveis discursos<sup>53</sup>. Lidamos com a imagem que o sujeito da pesquisa deseja projetar de si mesmo e assim, ao selecionarem ou não determinados fatos, as mulheres julgam aquilo que é mais apropriado revelar à pesquisadora. (TRIGO & BRIOSCHI, 1989; GOLDENBERG, 2007).

Eu também não sou daquelas pessoas de ficar falando minha vida pra ninguém. Você sabe, né, vem fofoca, aí eu não gosto (Cláudia, 35 anos, dois filhos).

A única que eu converso bastante é essa vizinha, mas geralmente eu estou dentro de casa com meus filhos. [...] Com meus vizinhos é mais bom dia, boa tarde, boa noite. Essa é a única que eu converso porque ela é, assim é mais nova do que eu ... tem 23 ou 24 anos casou há pouco tempo ela conversa muito comigo porque a filha dela brinca com Alice (filha da entrevistada), então quando elas estão brincando no quintal a gente fica conversando [...]. **Que tipos de favores vocês trocam?** Aí quando ela precisa, quando ela não está em casa eu passo o olho na filhinha dela Quando precisa assim passar o olho na criança ou até dinheiro, se eu precisar de dinheiro emprestado e ela tiver, ela me empresta ou se ela precisar e eu tiver, eu empresto para esperar o marido dela receber ela me devolve. Coisas pequenas, um quilo de açúcar (Ana, 28 anos, dois filhos).

Nas redes do território, o fato de “*conhecer todo mundo*” e “*se dar bem com todos*” expressa solidariedade nas situações de ajuda mútua e também uma certa “segurança” principalmente quando “os bandidos” são os nossos vizinhos. Sobre o relacionamento com os vizinhos, Judite afirma:

O melhor possível, **eu conheço todo mundo**, me dou com todo mundo, mas, cada um no seu canto, eu só vou na casa dos meus vizinhos quando eles me chamam, em caso de doença. Eu tenho uma vizinha, ao lado da minha casa, que eu tive que entrar na casa dela, ela estava passando mal, o marido saiu pra

<sup>53</sup> A questão da objetivação na pesquisa qualitativa foi discutida no capítulo 2.

trabalhar, então, fui socorrer, a levei na UPA<sup>54</sup>. De lá para cá, ela me cumprimenta, é bom dia / boa tarde, ela na casa dela e eu na minha. Três anos que eu moro aí, **me dou com todo mundo, desde o cachorro ao bandido**, mas, é bom dia e boa tarde (Judite, 56 anos, 4 filhos, 3 netos).

Os serviços de proteção social também são citados como fontes de ajuda. Esta associação por parte das mulheres é imediata, principalmente quando se refere ao cadastramento no Programa Bolsa-Família. O Centro de Referência da Assistência Social Vila São José é rapidamente identificado como o lugar onde se faz o cadastro para o programa. Aprofundando a discussão sobre o CRAS, as chefes de família também apontam o apoio recebido através da participação nas reuniões sócio-educativas, dos cursos de aperfeiçoamento e no acompanhamento psicossocial.

[...] mas eu já vim também participar de palestra, ganhei coisa pras crianças, material escolar que ela (assistente social do CRAS) deu, material escolar pras crianças. E eu queria participar do curso de manicure, só pra aperfeiçoar mais (Cláudia, 35 anos, dois filhos).

[...] porque desde que eu vim aqui, eu tava tomando até remédio para depressão e a menina (assistente social do CRAS) que me atendeu me ajudou muito aqui nessa sala mesmo. A assistente social, ela que me ajudou. **De que forma?** Fez eu olhar de volta para mim.(...) teve um dia que eu vim aqui eu estava muito para baixo, eu tava bem, bem pra baixo, bem deprimida, ela me ajudou, abriu os meus olhos (Ana, 28 anos, dois filhos).

Através de recursos não mercantis e não institucionalizados (FAUSTO NETO, 1982), as chefes de família conseguem traçar algumas estratégias para conciliar o cuidado e a provisão. As redes são extremamente úteis para quando é necessário sair para trabalhar e não se pode contar com os recursos de uma creche. Nesse ponto, a “mulher de confiança” – uma substituta materna – é exemplo dessas práticas e apoios importantes ancorados em acordos sociais (COSTA,2004)

Vizinho a maioria é 10, conheço eles há muitos anos, morei ali 12 anos. Sempre quando eu saía de manhã, aí eu falava pros vizinhos darem uma olhada nas crianças pra mim, vê se tava tudo certinho. Daí tinha essa vizinha que falava pras crianças “não deixa o feijão queimar não” falava pra minha filha. [...] porque essa vizinha foi muito boa pra gente (Elisabete, 60 anos, 6 filhos, 2 netos ).

<sup>54</sup> As UPAs - Unidades de Pronto Atendimento - 24h são estruturas de complexidade intermediária entre as Unidades Básicas de Saúde e as portas de urgência hospitalares.

A minha vizinha quando eu preciso ou quando eu tenho que sair em algum lugar que eu não posso levar, eles (os filhos) ficam lá e eu peço para ela (vizinha) passar o olho, quando ela não está em casa eles ficam com a minha tia (Ana, 28 anos, dois filhos).

Tal como defende Bilac (1995) estas famílias, estão constantemente se organizando, se estruturando e re-estruturando. Uma família “em processo” que pode incluir outros parentes e amigos, em determinadas fases do ciclo e assim reforçar as lógicas da solidariedade.

Quando eu tava trabalhando, um tempo eu deixei as crianças com um sobrinho dele (do ex-companheiro), o sobrinho dele passou uma temporada lá em casa, porque ele discutiu com a esposa e ele me tem como tia. Eu falei: “Olha, você pode até ficar, mas você tem que me ajudar, correr atrás de alguma coisa, um biscate pra fazer ou então, ficar olhando minhas crianças pra mim”. Ele ajudava, quando eu chegava em casa, as crianças já tavam de banho tomado porque ele botava as crianças pra tomar banho, penteava o cabelo delas, a casa tava arrumada, fazia um arroz pra mim. Então, ele me ajudava, ele sabia me ajudar (Patrícia, 28 anos, três filhos).

É na re-invenção de novos usos do território e dos objetos do cotidiano que as mulheres criam e re-criam novas estratégias para conciliar a provisão e o cuidado. A televisão aparece como um instrumento importante nas estratégias de Patrícia uma das chefes pesquisadas. Ela nos conta que ao sair na parte da tarde para trabalhar, ela mesma já havia dado o almoço para os filhos. No entanto, era preciso alimentar as crianças com o lanche, no fim da tarde, por volta das 17:00h. Como não podia sair do trabalho, ela nos contou como fazia:

Eu saía pra trabalhar, eu ia, mais ou menos, despreocupada porque eu pegava de 1:00 hora da tarde e largava bem dizer às 10:00h da noite, porque eu tinha que fazer hora extra. [...] Deixava a casa arrumada, eles de banho tomado, eles almoçado pra não mexer no fogão. Deixava o lanche preparado guardado. Aí eu falava pra Carol (filha mais velha – 8 anos): “Tá vendo esse lanche aqui, quando der a “Malhação” (programa de TV) você pega, divide esse biscoito e esse Danone pra vocês, e depois espera a mamãe chegar pra vocês ‘jantar’. Eu ficava meio despreocupada, eles ficavam brincando ali no quintal, se alguém visse eles na rua “Vai pra dentro, quando a tua mãe chegar eu vou falar” (Patrícia, 28 anos, três filhos).

As redes também funcionam como canais de doação de roupas, calçados, remédios. Nesse ponto, algumas chefes mencionaram ajuda das igrejas através de

suas obras de ação social com entrega de cestas básicas e também dos bazares, onde é possível comprar roupas e sapatos usados a preços baixos.

Nestas trocas, as mulheres estabelecem outros vínculos não conjugais e acessam eletrodomésticos e outros móveis, como por exemplo, o tanque de lavar roupa - fundamental para otimizar o tempo e a televisão que distrai as crianças.

Arrumei um tanque, ganhei um tanque da vizinha, um tanque de concreto, coloquei no quintal, (...). Ela comprou uma máquina e deu o tanque pra mim. Já ganhei uma cama, ganhei a beliche dos vizinhos lá da rua lá. Os vizinhos compram coisa nova, aí o que eles assim, não tá velho, só tá usado..., já ganhei armário, armário novinho já ganhei (Flávia, 27 anos, 3 filhos).

Ah, lá em casa televisão não pode faltar por causa das crianças, por causa do desenho. Aí, falei com a minha madrinha “minha televisão queimou”! (...)Tava conversando com ela pelo telefone, ela me disse: tem uma televisão aqui boazinha, manda alguém vim buscar. Aí eu mesma fui buscar, lá em Caxias. Peguei o carrinho de mão, fui buscar lá em Caxias, eu e meu filho. Sol quente... fui a pé, fui e voltei com a televisão (Flávia, 27 anos, 3 filhos).

O fluxo de trocas consolida a relação de ajuda mútua e o “*estar devendo*” afirma a continuidade e a manutenção da mesma. Muito mais que uma questão de solidariedade, essas transações se baseiam em obrigações morais. As trocas, afirma Fausto Neto, “[...] trazem dentro de si, ou engendram, obrigações e deveres morais, aquisições ou perda de prestígio, de honra, de valor. Isso significa que as transações têm seu ‘espírito’ por detrás de sua aparência material e concreta” (1984 p.12).

Assim, ajuda-se aquele que tem necessidade. A pessoa que recebe o auxílio contrai uma dívida que pode ser material ou simbólica moral. A alimentação deste circuito de trocas inclui também a retribuição por parte daquele que recebe. Neste movimento instauram-se solidariedades e dependências, as quais não são identificadas como tais pelos sujeitos envolvidos. Nos discursos, as entrevistadas apontam uma obrigação moral: ajuda-se aquele que está precisando.

Não corresponder à necessidade daquele que precisa expressa uma “falta de solidariedade”. Observamos este aspecto na pesquisa de campo, em especial quando ouvíamos frases do tipo “*a gente nunca sabe do dia de amanhã*”. No contexto das mulheres, isso significa que aquele que ajuda hoje acredita que será ajudado no futuro. Ao falarem sobre suas vizinhas, duas de nossas entrevistadas

apontam que o fluxo das trocas está sempre sendo alimentado pela confiança de também ser ajudado.

**E ela já te emprestou outras coisas assim também?** Empréstos roupa que ela sabe que eu não tô podendo comprar roupa, sapato, se tiver sapato que ela não quer mais, semi novo, ela pega me dá, me empresta. Ontem foi ela quem me pediu emprestado: “Patrícia,, me empresta uma blusa?” “Empresto”. Por quê? Quando eu precisar, ela também vai emprestar (Patrícia, 28 anos, três filhos).

Eu deixo de comprar alguma coisa, pois primeiro é aquilo ali que eu estou devendo. Eu sei que se de uma hora ou outra, eu precisar ela vai me ajudar porque nunca falhei com ela (Ana, 28 anos, dois filhos).

Nesta direção, Fausto Neto (1984) chama a atenção para dois aspectos que envolvem a retribuição desta ajuda: a equivalência e a desigualdade nas trocas. Tanto a retribuição equivalente ou uma retribuição desigual constituem respectivamente condições necessárias para re-alimentar o fluxo das trocas ou provocar o seu esgotamento. A retribuição não implica em um pagamento exato, mas se revela, por exemplo, nas visitas a um parente ou no apoio nas horas de dificuldades. Nas trocas familiares, a expectativa de retribuição é indefinida, ou seja, elas não são imediatas. De acordo com Woortmann, “o fato mais importante é a inexistência de cálculo de dívida explícito” (1987, p.197).

Com a minha tia é diferente. O que eu pego o que eu precisar, quando ela me dá, não é emprestado é dado. (...) minha tia é como minha segunda mãe, uma mãe que está perto de mim (Ana, 28 anos, dois filhos).

Esta família que constrói estratégias de sobrevivência e articula práticas variadas de trabalho consegue garantir a permanência do grupo. Nesse sentido, Costa (2002) aponta as conexões entre o público e o privado nas múltiplas práticas de proteção social de natureza *primária*. Os reforços às práticas de proteção social na família e em outros grupos próximos dispensaram ou retardaram a montagem da proteção social *secundária* no Brasil: serviços sociais em instituições estatais e privadas de cuidados.

Visando o exercício de atividades fora do espaço doméstico e sem o apoio do aparato assistencial, as mulheres transferem tarefas referentes ao cuidado das coisas da casa para outras mulheres constituindo uma maternidade transferida (COSTA, 2002). Tal alternativa apóia-se em laços de proteção e dependência

entre mulheres das mesmas classes e de classes diferentes. A atribuição de mútuas responsabilidades domésticas entre mulheres é de acordo com Costa (2002) uma regularidade que se afirma, como foi largamente observado na pesquisa.

Quando eu tava trabalhando era aquela maratona: acordava às 5:00h da manhã para poder dar café. Era a minha vizinha que pegava e levava eles na escola para mim, porque não dava tempo de estar no mesmo lugar (Neuza, 34 anos, 4 filhos).

No caso das famílias pobres, estas dependem consideravelmente de mecanismos informais de proteção social e da rede de serviços públicos. Os serviços de assistência social, com destaque para o CRAS, o posto de saúde, a creche e a escola são recursos essenciais para a articulação entre as esferas da provisão e do cuidado no cotidiano das mulheres chefes de famílias. Nesse ponto, a merenda escolar guarda uma dimensão social à medida que, em face da pobreza de grande parte da população, cresce o número de crianças que chegam à escola em jejum e encontra na merenda um alimento completo, na maioria dos casos, a única refeição do dia. Na falta desta, uma das mulheres recorreu à madrinha.

Teve dia de eu dormir com fome pra poder dar pra eles comer, dar “janta” pra eles. Fiquei um dia com fome, porque tinha que dá conta dos três comer. (...) eles comiam na escola, por causa da gripe suína<sup>55</sup> não teve aula... aí meu pequeno ia pra casa da madrinha dele, (...). Quando o negócio aperta lá em casa, eu levo lá pra casa da madrinha dele (Flávia, 27 anos, 3 filhos).

No discurso dessa última chefe de família, a *banalização do humano* surge como um dos produtos da valorização extrema do capital. Esse movimento condiz com a indiferença frente à esfera das necessidades sociais que potencializa as desigualdades sociais. É mister empregar esforços para apreender as mediações que envolvem a produção e reprodução da questão social – objeto de trabalho do assistente social (IAMAMOTO, 2008).

Diante da ausência de políticas públicas de proteção social, a situação apontada por Flávia na passagem anterior - o apelo à madrinha - revela a radicalização da questão social que corta o cotidiano dos assistentes sociais<sup>56</sup>. A

<sup>55</sup> A Influenza A H1N1 (comumente conhecida como Gripe Suína) é uma gripe pandêmica que no ano de 2009 acometeu a população de inúmeros países, inclusive o Brasil.

<sup>56</sup> Os profissionais se defrontam com populações duplamente penalizadas. A banalização do humano expõe o crescimento das necessidades sociais não atendidas, com evidentes reflexos na rotina do assistente social, especialmente na demanda crescente de serviços, à medida que os

solidariedade familiar mostra os seus limites, com penosos reflexos nos padrões de proteção social. Diante do encolhimento do Estado e da despolitização da questão social, é precisa a síntese de Yasbek

Assim, o “modelo” é um Estado que reduz suas intervenções no campo social e que apela à solidariedade social, optando por programas focalistas e seletivos caracterizados por ações tímidas, erráticas e incapazes de alterar a imensa fratura entre necessidades e possibilidades efetivas de acesso a bens, serviços e recursos sociais. Cresce o Terceiro Setor. Aparece com força a defesa de alternativas privatistas para a questão social, envolvendo a família, as organizações sociais e a comunidade. Esta defesa, como já afirmamos, é legitimada pelo renascimento de ideais liberais que referendam a desigualdade. São propostas fundadas numa visão de política social apenas para complementar o que não se conseguiu via mercado, família ou comunidade. (YASBEK, 2001, p.37).

Com o avanço de propostas reducionistas que esvaziam e descaracterizam os mecanismos institucionalizados de proteção social, as famílias articulam uma troca permanente de serviços e informações que permite enfrentar períodos de dificuldades. Tais estratégias não são produto da contemporaneidade, mas constituem práticas de “longa duração” cobrem a precariedade ou a inexistência dos serviços públicos e estabelecem extensas redes de proteção e dependências construídas no cotidiano (COSTA, 2002). A saída<sup>57</sup> das mulheres foi viabilizada, e ainda é, através da *maternidade transferida*.

Mulheres pobres para desempenho de inúmeras tarefas fora do ambiente doméstico, dispendo ou não de equipamentos sociais, contaram, sempre, em suas obrigações de casa, com o apoio de outras mulheres, pobres como elas, estabelecendo redes sociais pouco estudadas, com perdas de direitos sociais para muitas delas. A disponibilidade de creches no Brasil – só instituídas como programa oficial nos anos 70 do século XX –, mesmo hoje poucas e precárias ou caras, associada aos dados do censo de 2000 sobre o *trabalho feminino fora da e na casa* revelam a extensão dessas redes e os nexos entre a história de cuidados domésticos e os serviços sociais (COSTA, 2002, p.312).

Apesar de nenhuma das chefes entrevistadas contar com o recurso de uma creche, este serviço ainda é visto mais como um lugar onde se *poderia* deixar as crianças enquanto a mãe está trabalhando. Esse entendimento restrito e

---

rumos da radicalização da questão social sinalizam a restrição dos recursos para as políticas sociais.

<sup>57</sup> A noção de “sair” encontra-se em Perrot (1994). Compreende tanto o “sair” fisicamente: estar fora de casa, na rua e ocupar os espaços, além de “sair” dos “papéis” que moralmente são colocados para as mulheres.



fetichizado, bem ao gosto do projeto neoliberal, colabora para reforçar que a responsabilidade pelas crianças é uma atribuição da esfera privada e nesse caso o ônus recai exclusivamente para as mães<sup>58</sup>. Além de liberar as mães para outras atividades, de minimizar os gastos com alimentação e cuidado com os filhos, a creche constitui um **direito**<sup>59</sup> tanto da mulher trabalhadora, como da criança no sentido de garantir o desenvolvimento integral do infante. Portanto, a luta pela creche pública agrega três eixos importantes: a garantia dos direitos da criança, a autonomia das mulheres, a defesa da educação pública, gratuita e de qualidade.

O estabelecimento das redes de ajuda, a criação de outros vínculos não-conjugais juntamente com a ausência do homem como provedor cooperam para que as mulheres se sintam mais valorizadas e capazes ao administrarem seus domicílios, uma vez que em muitos casos as mulheres já respondiam pelo sustento material da família, mesmo quando proibidas de trabalhar pelos maridos ou companheiros.

---

<sup>58</sup> Em uma conjuntura recessiva e de corte dos gastos públicos na área social ressuscitam-se padrões de mulher e de feminilidade que já foram abandonados. Nesse cenário, adverte Costa (2004), é importante relacionar dois vetores. O primeiro refere-se aos discursos conservadores que intentam destruir os direitos adquiridos pelas mulheres. Já o segundo, diz respeito à desestruturação do Estado de Bem Estar Social. Estes movimentos têm operado no sentido de transferir responsabilidades, como a proteção social, para diversos setores da sociedade, especialmente para a família e para as mulheres.

<sup>59</sup> Respalhado pela Constituição Federal (artigo 208) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (artigo 54).